



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA LESTE MINEIRO

Transcrição da 106ª reunião, realizada em 29 de maio de 2015

Em 29 de maio de 2015, reuniu-se extraordinariamente a Unidade Regional Leste Mineiro (URC Leste) do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), no auditório da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) em Governador Valadares, Minas Gerais. Participaram os seguintes membros titulares e suplentes: o presidente Alberto Félix Iasbik, representante da SEMAD; Ronald Hott de Paula, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa); Wilson Starling Júnior, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede); Edson Lopes Ferreira, da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG); Leonardo Castro Maia, da Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ); Maria Aparecida Pereira Soares, da Prefeitura Municipal de Governador Valadares; Iusifith Chafith Felipe, do Comitê da bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba – representantes do poder público; Denise Bernardes Couto, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); Raimundo Rodrigues Pereira, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); Juliana de Souza Matias, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fetaemg); Wellington Braga, da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Minas Gerais (Federaminas); Marcelo Axer Alves de Rezende, Associação Brasileira de Celulose e Papel (Bracelpa); Guilherme de Assis Gonçalves, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea); José Angelo Paganini, da Fundação Relictos de Apoio ao Parque Estadual do Rio Doce; Alice Lorentz de Faria Godinho, do Movimento Pró Rio de Todos os Santos e Mucuri; Sydnei Almeida Lage, do Codema de Itabira – representantes da sociedade civil.

Assuntos em pauta. 1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.

Executado o Hino Nacional Brasileiro. 2) ABERTURA. Presidente Alberto

Félix Iasbik: “Meu nome é Alberto, eu sou funcionário de carreira do Instituto Estadual de Florestas, e fui designado pelo governo, no início do mês de abril, para responder pela Supram Zona da Mata. Nesse intercâmbio que existe entre as Suprams, a Supram Zona da Mata preside a reunião da URC Leste, e o superintendente da URC aqui preside a reunião da URC Zona da Mata. Então eu estou nessa função aqui agora com vocês e gostaria de contar com o apoio de todos. Na hora que tivermos as considerações aqui, o Leonardo mandou uma mensagem para vocês. É uma grande responsabilidade substituir o Leonardo, uma pessoa competente, séria. Eu vou ler uma mensagem que ele passou para vocês. Se tiver alguma oportunidade para frente, eu posso até trazê-lo aqui, mas, de antemão, ele

mandou um abraço sincero para vocês. A secretária adjunta Marília Carvalho de Melo é a presidente, e, na ausência dela, no caso, o representante sou eu, Alberto.” **3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** Conselheiro Edson Lopes Ferreira: “Nós gostaríamos de comunicar que a 8ª Companhia de Meio Ambiente e Trânsito, sediada aqui em Governador Valadares, está de novo comando. Assumiu o senhor major Fernando Costa da Silva, que também é conselheiro, já se matriculou como conselheiro titular para estar aqui na próxima reunião. Então o comunicado aos conselheiros é que estamos de comando novo, e aquele que puder dar uma passadinha lá para ver o comando e tomar um café... Estamos à disposição.” Conselheiro Wilson Starling Júnior: “Eu também gostaria de agradecer, especialmente, alguns conselheiros que me ligaram. Eu tive um problema de saúde, com todos sabem, mas graças a Deus eu estou recuperado e pronto para dar a minha contribuição naquilo que for possível. E é muita alegria estar aqui de volta com os companheiros. Esta é a primeira reunião do ano, e nós sabemos que os funcionários estavam numa luta, e parece que agora chegaram a um bom termo. E nós sabemos das dificuldades com referência a funcionários, e isso tem realmente deixado a desejar, principalmente para as empresas, que nos cobram. Às vezes, sabem que somos conselheiros: ‘E a minha licença, como está?’ Aí temos que ir à superintendência, e às vezes chegamos com a intenção de dar e acabamos atrapalhando também o serviço das meninas. Então não deixa de ser um momento também para pedir desculpas, pois às vezes estamos lá ajudando a resolver as questões, e cumprimentar a Maria Helena também, de maneira muito especial, por ela continuar à frente da Superintendência do Leste de Minas. Eu acredito, tenho certeza – mais do que acreditar – de que se você continua é porque tem serviços prestados, tem liderança e tem executado bem o seu serviço. Então eu acredito também que seja por isso. Quero que o nosso presidente da mesa leve um abraço para o doutor Leonardo, pessoa que nós respeitamos e aprendemos a admirar durante o tempo em que com ele convivemos. Então leve para ele também o nosso abraço, e tenho certeza de que é o abraço de todos. Eu posso falar, sem sombra de dúvida, de todos, porque o Leonardo é uma pessoa que nos ajudou muito e que sempre foi ponderado, sempre foi uma pessoa equilibrada nas decisões e com conhecimento de tudo. Então fica aqui o nosso abraço para o doutor Conselheiro Leonardo Castro Maia: E espero que o senhor venha com o mesmo espírito. Quando está substituindo um ruim, é até mais fácil, mas quando está substituindo um bom pesa sobre os ombros uma grande responsabilidade.” Conselheiro Leonardo Castro Maia: “Eu queria saudar todos os conselheiros e o novo presidente no nosso primeiro encontro, a primeira reunião do ano. E nesta oportunidade também relatar aos senhores acerca de uma iniciativa do Ministério Público, de âmbito até internacional, que é um trabalho de proteção e de preservação

81 das unidades de conservação, dos espaços protegidos. O Ministério Público
82 de Minas Gerais tem um plano geral de atuação a cada ano. Além do plano
83 estratégico, que é de longo alcance, tem o plano finalístico dizendo quais são
84 as questões que os promotores de cada uma das áreas de atuação –
85 consumidor, criança e adolescente, família etc. – devem focalizar, digamos
86 assim, os seus maiores esforços. E no nosso plano geral de atuação, já
87 desde o ano passado, consta que os esforços na área de meio ambiente
88 devem focalizar, entre outras questões, a proteção e regularização dos
89 espaços protegidos. E aí estão as unidades de conservação. Infelizmente, as
90 unidades de conservação, muitas vezes, são criadas e ficam no papel, são
91 os chamados parques de papel, porque não são implantadas. Existem
92 unidades de conservação que deveriam ser objeto de regularização
93 fundiária, ou seja, documentação relativa aos imóveis, desapropriações a
94 serem realizadas... As compensações ambientais que nós votamos no
95 COPAM, no Conselho de Política Ambiental, devem ser aplicadas, pelo
96 menos algumas das modalidades de compensação. E eu destacaria a do
97 Artigo 36 da Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. É uma
98 compensação ambiental, e os empreendimentos têm que arcar com esse
99 valor como uma compensação pelos impactos que eles causam. E lá nesse
100 dispositivo é destacado que essa compensação deve reverter para unidade
101 de conservação. Infelizmente, isso também, muitas vezes, não é realizado.
102 Inclusive, há bem pouco tempo, dentro desse esforço, o Ministério Público
103 ajuizou uma ação para esses valores contingenciados, valores que foram
104 pagos e recolhidos pelo Estado, mas não estão sendo aplicados nas
105 unidades de conservação. Quando se vai às unidades de conservação o que
106 se encontra? Se encontra uma situação, às vezes, de penúria, de falta de
107 instrumentos de trabalho, falta de guarda-parques, não tem uma guarita. Há
108 uma indefinição acerca do que se pode fazer e do que não se pode fazer
109 numa unidade de conservação, porque não há plano de manejo da unidade
110 de conservação. Muitas unidades não têm a sua delimitação clara. Elas são
111 criadas, às vezes, num ato político. Um político comparece em determinado
112 local e fala 'eu vou criar aqui o parque tal'. Edita aquele ato, e, no entanto, a
113 unidade fica anos e anos sem ter a sua delimitação. Não precisa ir longe, é
114 só olharmos na janela de qualquer lugar aqui em Valadares que nós vamos
115 vislumbrar o pico do Ibituruna, que é um emblema da cidade de Valadares.
116 Tem Padaria Ibituruna, todo tipo de estabelecimento, Colégio Ibituruna. O
117 Ibituruna é o símbolo maior da cidade, e, no entanto, no Ibituruna, até
118 recentemente, não estava delimitada a unidade de conservação, e isso é
119 natural. É um monumento natural que tem proteção integral. Mas em tantas
120 outras unidades, na maioria delas, nós verificamos essas mesmas questões,
121 esses mesmos problemas. E nessa linha eu relato aqui o plano de atuação
122 do Ministério Público de Minas Gerais, ação que foi proposta aqui em Minas.
123 O Ministério Público de Minas está desenvolvendo um trabalho que eu diria

até pioneiro nessa ação de defesa das unidades de conservação, mas é uma atividade e uma preocupação geral. Por isso, a Rede Latino-Americana do Ministério Público Ambiental, que agrega vários Ministérios Públicos de vários países, está desenvolvendo um projeto de valorização, conservação e proteção das unidades de conservação. E não apenas das unidades de conservação, mas do pagamento pelos serviços ambientais. Existe outro instituto que também não vem sendo tão praticado como deveria. Esse projeto está sendo lançado, e vai ter evento em vários locais, em vários Estados e depois até em outros países, mas o primeiro vai ser em Minas Gerais, no dia 2 de junho. É um curso para promotores para sensibilizar os promotores e capacitá-los para atuar nessa área. Esse projeto contempla a produção de manuais para os promotores, mas que são públicos, e também um site. Eu vou dar o endereço para os senhores que tiverem interesse em acessar: conservacao.mpambiental.org. Então é um site para o projeto. A Rede Latino-Americana tem o site dela, e esse é um site do projeto, um site da Rede Latino-Americana, mas foi criado especificamente para esse projeto. E lá nós temos dois manuais: um para as unidades de conservação e um para pagamento por serviços ambientais, que são temas de muito interesse na atualidade e muito importantes para a proteção ambiental. E o site 'mpambiental.org' é o site da rede, que tem várias outras questões tratadas lá. Esse seria como se fosse um subsite, um site específico para um projeto da Rede Latino-Americana." Conselheiro Lusifith Chafith Felipe: "Eu queria passar uma informação, porque está tendo uma discussão na Assembleia Legislativa desde o princípio do ano, praticamente. Estão organizando um grande seminário, que vai ser em dez regionais, sobre a questão da escassez e da crise hídrica. E nessa discussão agora é que nós chegamos aos grupos de trabalho, aonde vão ser as regionais, à parte de organização final. Nós vamos ter uma consulta popular, com cada coordenador. São vários segmentos que estão participando. E há uma grande expectativa, inclusive, porque está no olho do furacão a questão da fiscalização, a questão muito crítica das Suprams, do COPAM, porque nós sabemos de todo o desarranjo político que sofremos nesses dois anos para cá. Então eu dou as boas-vindas, e acho que esta instância aqui tem que ter muita credibilidade para colocarmos a casa em ordem. E eu acho que o que não falta aqui são profissionais à altura para fazer isso. Agora, nós estamos em um momento sem fiscalização, e vemos muito essa reclamação, principalmente por parte de prefeituras, que se deslocam quilômetros para chegar aqui e ficar horas esperando. Isso não é culpa da demanda que tem, mas eu acho que é uma irresponsabilidade do Estado de não ter uma estrutura adequada para acolher a Supram, para acolher a responsabilidade das decisões que se tomam aqui. Então eu acho que é muito importante a participação de todo mundo, porque às vezes é muito fácil a gente criticar, inclusive nós que temos sempre uma postura mais crítica, porque não

167 compreende o processo, e não dá para acreditar em tudo o que construímos
168 em política pública; e as coisas ainda não funcionam. Eu acho que nós
169 temos muita maturidade democrática neste país, as empresas que estão aí
170 fazendo o seu papel. Inclusive, na nossa bacia, nós não temos praticamente
171 nenhum inadimplente. E é um dinheiro muito significativo o dinheiro da
172 cobrança, porque nós conseguimos colocar para andar a política de recursos
173 hídricos, com todas as ferramentas que nós já temos praticamente
174 implantadas, e agora fazendo os planos municipais de saneamento, o que
175 nos traz muito orgulho, porque é um plano estratégico importante para
176 reorganizar e cobrar das futuras autoridades o que está dentro daquele
177 plano. Então eu só queria fazer esse apelo, que as pessoas fiquem atentas
178 com esse seminário, porque é uma oportunidade de refletirmos essa crise
179 hídrica. Eu acho que a natureza se recupera sozinha, mas nós vamos lá e
180 bagunçamos tudo. Então eu acho que esse momento das relações humanas
181 é muito importante para mantermos essa credibilidade que temos enquanto
182 país democrático, enquanto esse punhado de obra que estamos fazendo. E
183 aí eu espero que cada um tenha esse apelo patriótico de preservar o que é
184 nosso.” Conselheiro Raimundo Rodrigues Pereira: “Eu gostaria inicialmente
185 de dizer que estou totalmente favorável ao comunicado do nosso
186 companheiro Starling em referência à Maria Helena e ao senhor, que está
187 nos prestigiando com a sua presença, representante que é lá da Zona da
188 Mata. Eu gostaria de aproveitar esta oportunidade para dizer que amanhã
189 nós teremos aqui em Valadares um evento muito importante, que
190 anualmente é realizado pela Cooperativa Agropecuária Vale do Rio Doce,
191 que é um leilão. Uma oportunidade que vários produtores terão de
192 apresentar os seus animais para venda. Animais esses de alto padrão
193 genético e que sem dúvida alguma contribuirão para a melhoria da
194 produtividade leiteira da nossa região. Devo ressaltar que a cooperativa,
195 durante pelo menos 40 anos em que nós temos sido testemunhas – nós
196 tivemos a oportunidade também de colaborar representando a Emater
197 naquele tempo – tem feito um trabalho de melhoria da pecuária leiteira da
198 região. E aqui nós temos até um ex-presidente da cooperativa, que sabe
199 mais do que qualquer um de nós como esse trabalho de melhoria dos
200 plantéis leiteiros da nossa região tem sido importante. Só vou citar um
201 exemplo, porque nós tivemos a oportunidade, em 1980, de iniciar um
202 trabalho que chamávamos de torneio leiteiro, que era uma espécie de
203 concurso feito em nível de fazenda. Naquele primeiro ano, a vaca que
204 produziu mais leite produziu 24,7 litros, produção individual de uma vaca, de
205 uma retirada, em 1980. O Wellington, nosso companheiro, é produtor rural e
206 sabe disso mais do que qualquer um de nós: a produtividade hoje é duas
207 vezes mais do que naquela época. Então isso não foi fácil. É resultado de um
208 trabalho árduo de várias gerações, de várias diretorias da cooperativa, que
209 naturalmente contou também com o apoio do órgão oficial, a Emater. Eu

210 agradeço a oportunidade de fazer esse comunicado, esclarecer e dizer que
 211 nós queremos dar voz à atividade agropecuária.” Conselheira Alice Lorentz
 212 de Faria Godinho: “Eu queria cumprimentar a todos e também reforçar aquilo
 213 que tem sido dito aqui, principalmente em relação à nossa grande amiga e
 214 mestra Maria Helena. E também para dizer a vocês da preocupação que eu
 215 tenho porque ao longo de todo esse tempo nós temos avançado muito pouco
 216 e estamos sujeitos a críticas severas, que são verdadeiras. E falar da minha
 217 esperança que eu já disse aqui várias vezes a vocês, porque, a despeito da
 218 idade, eu me recuso terminantemente a perder a esperança. E é por isso que
 219 eu continuo vindo aqui cumprimentar a todos e, principalmente, pela alegria
 220 quando eu perguntei ao Wesley: ‘E aí, estão todos aí?’ E ele me disse que
 221 sim, estão todos aqui, todos esses com os quais eu tenho convivido e
 222 aprendido a admirar; cada um de vocês. O fato de vocês estarem aqui ainda,
 223 num período de tanta incerteza como o que nós estamos atravessando,
 224 reforça a minha confiança, a minha esperança. Um abraço para todos.”
 225 Conselheiro José Angelo Paganini: “No primeiro semestre deste ano, o
 226 Conselho Estadual de Recursos Hídricos aprovou a DN de declaração de
 227 escassez hídrica no Estado, com os critérios para essa decretação. E o
 228 IGAM tem feito os estudos que essa DN recomenda e publicado isso. Nessa
 229 DN foram estabelecidos praticamente quatro níveis de observação relativo a
 230 vazão de rios. A vazão normal, a de atenção, a de alerta e a escassez
 231 hídrica. Na nossa bacia aqui, em três estações que medem vazões no rio
 232 Doce, já estamos em estado de atenção. Seria a estação de Mário Carvalho,
 233 no rio Piracicaba, próximo a Nova Era. E a estação de Porto Firme, no rio
 234 Piranga, também está em situação de alerta. Então nós devemos ficar
 235 atentos a isso porque nós estamos começando o período seco e já com esse
 236 indicativo bastante preocupante.” Presidente Alberto Félix Iasbik: “Eu vou
 237 aproveitar para fazer uso da palavra só para passar para vocês a mensagem
 238 que o Leonardo mandou para todos os conselheiros e companheiros também
 239 colegas da Supram. ‘Quero, neste momento em que deixo a nobre função de
 240 presidente suplente desta URC, dizer que o meu crescimento e
 241 amadurecimento profissional foram muito significativos graças à colaboração
 242 de todos. Sempre pautados no mais elevado interesse público, com rigor
 243 técnico e bom senso, indispensáveis a uma gestão ambiental correta e
 244 profícua, em resultado que não estaciona na retórica inoperante, com
 245 observância da legalidade, sempre buscando a justa medida para aplicação
 246 da lei, no cipoal de normas que nos lança muitas vezes na sombra da
 247 insegurança jurídica e com as deliberações deste Colegiado. Nesse sentido,
 248 sempre busquei aproveitar as experiências da coordenação e aprimoramento
 249 da equipe da Supram Zona da Mata. Aos colegas da Supram Leste, minha
 250 eterna admiração pela competência e seriedade com que sempre trataram
 251 todas as questões e todos os processos e por terem sobrevivido, assim
 252 como nós em Ubá, diante de tantas dificuldades estruturais. Aos colegas,

aos conselheiros desta URC, o reconhecimento pelo trabalho diferenciado e determinante para melhoria da qualidade ambiental do Estado. Aprimoremos o modelo e não desistamos dele, porque somente com a participação e o comprometimento de todos conseguiremos avançar. À minha querida Maria Helena, por tudo que representa e ensina a todo momento, minha gratidão pelo companheirismo, auxílio, carinho e amizade e por tudo o que passamos juntos. Obrigado a todos. Continuaremos servindo à sociedade e ao Estado de Minas Gerais. Contem comigo aqui na Supram Zona da Mata.' Ele está desejando um grande abraço e que Deus ilumine a nós todos aqui."

Superintendente Maria Helena Batista Murta: "Boa tarde senhores conselheiros. Eu também gostaria de agradecer a todas as manifestações que a mim foram dirigidas, sobretudo, dos conselheiros, que são meus amigos. Já somos lutadores há mais de 20 anos pela água, que é a nossa bandeira principal. E tudo o que nós previmos aconteceu. Então agora nós não queremos que esse desfecho seja um cenário pior. Pelo contrário, ainda há tempo de restaurar. É para isso que hoje nós estamos convocando todos vocês, independentemente do Conselho, independentemente da área de atuação, porque nenhum de nós sobrevive sem água. Então nós estamos convocando a sociedade para que ela seja parceira, para que a água não seja um problema, mas seja sempre a solução para o nosso bem-estar e para a nossa sobrevivência. Deus lhes pague, e obrigada, em especial, ao carinho dos conselheiros."

4) EXAME DAS ATAS DA 104ª E DA 105ª REUNIÕES DA URC LESTE MINEIRO. Aprovada por unanimidade a ata da 104ª reunião da URC Leste Mineiro, realizada em 18 de outubro de 2014, com abstenção do conselheiro Wilson Starling Júnior. Retirada de pauta a apreciação da ata da 105ª reunião, por não ter sido disponibilizada.

5) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE ALTERAÇÃO DE CONDICIONANTES DE LICENÇA PRÉVIA CONCOMITANTE COM LICENÇA DE INSTALAÇÃO CONCEDIDA AD REFERENDUM. 5.1) AngloGold Ashanti Córrego do Sítio Mineração S/A. Pilhas de rejeito/estéril. Santa Bárbara/MG. PA 00111/1988/030/2013, DNPM 930.181/2008. Condicionantes 8, 9 e 10. Classe 5. Apresentação: Supram Leste Mineiro. Item retirado de pauta.

6) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE ALTERAÇÃO DE CONDICIONANTES DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO CORRETIVA CONCEDIDA AD REFERENDUM. 6.1) Guanhões Energia S/A. PCH Fortuna II. Barragens de geração de energia hidrelétrica. Guanhões/MG. PA 00221/2001/004/2013. Condicionantes 17, 18 e 20. Classe 3. Apresentação: Supram Leste Mineiro.

Conselheiro Leonardo Castro Maia: "Senhor presidente, só abstenção nessa votação, porque eu atuo num procedimento negociando com o empreendedor."

Analista ambiental da Supram Leste Mineiro: "Nós gostaríamos de alterar o texto da condicionante nº 17, em relação ao prazo, porque o empreendedor já promoveu o protocolo

da proposta no IEF. Então agora vamos alterar o texto dessa condicionante, que seria: 'Firmar o termo de compromisso de compensação florestal por intervenção no bioma mata atlântica perante o Instituto Estadual de Florestas, devendo o respectivo termo ser apresentado junto ao órgão licenciador. Prazo: 60 dias após a aprovação da proposta.' E na condicionante 18 permanece o texto: 'Firmar junto ao órgão ambiental competente termo de compensação florestal por intervenção em APP, que deverá ser registrado junto ao cartório de títulos e documentos, devendo o respectivo termo ser apresentado ao órgão licenciador. Prazo: 60 dias após a aprovação da proposta'. Condicionante nº 20: 'Firmar junto ao órgão ambiental competente termo compromisso de compensação florestal por supressão, corte de árvores isoladas e espécies imunes de corte, que deverá ser registrado junto ao cartório de títulos e documentos, devendo o respectivo termo ser apresentado ao órgão licenciador. Prazo: 60 dias após a aprovação da proposta'." Conselheiro Wilson Starling Júnior: "Se eu entendi bem, então você está passando de 120 para 60 dias todas as três condicionantes. Ok." Presidente Alberto Félix Iasbik: "Podemos colocar em votação? Quem concorda com o deferimento deste processo permanece como está. Aprovado." Conselheira Denise Bernardes Couto: "Senhor presidente, Fiemg, abstenção." **7) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO CORRETIVA. 7.1) Extramil Extração e Tratamento de Minérios S/A. Correias transportadoras. Antônio Dias/MG. PA 42309/2013/001/2014. Classe 3. Apresentação: Supram Leste Mineiro. Item retirado de pauta. 8) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE LICENÇA DE OPERAÇÃO CORRETIVA. 8.1) Boi da Terra Empreendimentos e Participações Ltda. Fabricação de couro por processo completo a partir de peles até o couro acabado, com curtimento ao cromo, seus derivados ou tanino sintético. Ipatinga/MG. PA 00078/1990/009/2012. Classe 6. Apresentação: Supram Leste Mineiro. Item retirado de pauta. 8.2) Laticínios Gardingo Indústria e Comércio Ltda. Preparação de leite e fabricação de produtos de laticínios, resfriamento e distribuição de leite em instalações industriais; ponto de abastecimento de combustíveis. São João do Oriente/MG. PA 598/2004/004/2013. Classe 3. Apresentação: Supram Leste Mineiro. Conselheiro Leonardo Castro Maia: "Senhor presidente e senhores conselheiros, a primeira questão que nós notamos nesse procedimento, durante a análise, foi que, em consulta ao processo administrativo junto ao Siam, nós verificamos que os estudos de RCA e PCA em formato PDF não são executados após uma tentativa de abertura; esses documentos não estão disponíveis no Siam. Então com isso a análise da pauta foi realizada apenas com a informação do Parecer Único. A primeira questão que eu queria levantar – já tive a necessidade de fazer isso em outras oportunidades – é a disponibilização das informações ao**

público. Então eu gostaria que, independentemente do resultado da votação, fosse determinado que fosse verificada a situação desses pareceres e que fosse corrigido o problema, para que eles fiquem disponíveis para consulta. Como, inclusive, decidiu o Tribunal de Justiça no Agravo de Instrumento nº 10024132500927001. Por ocasião do julgamento do agravo, o desembargador relatou, em votação que foi unânime, que ‘a omissão estatal no fornecimento de informações ambientais pode gerar dano irreparável aos cidadãos que desejam acompanhar as práticas administrativas relativas à preservação do meio ambiente’. E além disso eu chamo a atenção para o fato de que o Estado – no nosso caso, a Supram – cobra do empreendedor um valor financeiro referente à análise do processo, e nesse valor encontra-se incluída a atividade de digitalização e enumeração do processo, o que pode ser verificado junto à planilha de custos do processo. Outra questão que surgiu e de que também não conseguimos a informação por meio do Siam, e eu gostaria de ouvir esclarecimentos do corpo técnico, é sobre o termo de ajustamento de conduta, assinado com a Supram no dia 20 de agosto de 2013. A validade desse termo, a data final seria 20 de fevereiro de 2014. Afora essa informação, não há nenhum detalhe se o empreendedor solicitou ou se foi prorrogado esse termo de ajustamento de conduta. E, se não tendo sido prorrogado, e não contando ainda com a licença, se ele foi autuado, se houve uma autuação por infração. Então eu gostaria de receber da equipe esclarecimentos sobre a operação do empreendedor sem licença ou não aparado pelo TAC, e, se constatado esse fato, se ele foi autuado pela infração administrativa do decreto que dispõe sobre as infrações.” Juliana Ferreira Maia, da Supram Leste Mineiro: “Na página 14, no último parágrafo, do item 8: ‘Tendo em vista a validade do TAC expirado em 20/2/2014, não havendo solicitação por parte do empreendedor de aditivo do instrumento originalmente firmado, e diante da constatação de que o empreendedor operou sem licença ambiental no período compreendido entre 23/9/2012, data de validade da AAF nº 04443/2008, e 4/1/2013, data da formalização do processo administrativo de LOC, foram lavrados o Auto de Fiscalização nº 041/2014, e o Auto de Infração nº 40426.’ Então o empreendedor foi autuado.” Conselheiro Leonardo Castro Maia: “Esclarecido, obrigado. Então, senhor presidente, sem mais perguntas.” Presidente Alberto Félix Iasbik: “Alguém mais deseja se manifestar? Então podemos colocar em votação? Os conselheiros que concordam com o deferimento deste processo permaneçam como estão. Deferido.” Conselheira Denise Bernardes Couto: “Eu gostaria de deixar registrado, já é de praxe: a Fiemg concorda com o Parecer da Supram, é favorável ao deferimento da licença, mas se posiciona contra a condicionante nº 11 do Parecer Único, que é ‘assinar protocolo de vistoria do Corpo de Bombeiros’, uma vez que tem a ver com a questão do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros, futuramente, e, no nosso entendimento, não deve ser exigido no processo de licenciamento ambiental,

a não ser que seja para postos de gasolina. Então eu queria deixar o posicionamento da Fiemg registrado em ata quanto a isso.” **8.3) Cipalam Indústria e Comércio de Laminados Ltda. Produção de laminados e trefilados de qualquer tipo de aço, sem tratamento químico superficial, produção de substâncias químicas e de produtos químicos inorgânicos, orgânicos, organo-inorgânicos, exclusive produtos derivados de processamento de petróleo, de rochas oleígenas, de carvão-de-pedra e de madeira; subestação de energia elétrica. Santana do Paraíso/MG. PA 11842/2008/004/2011. Classe 3. Apresentação: Supram Leste Mineiro.** Conselheiro José Angelo Paganini: “Eu queria um esclarecimento sobre o que está sendo licenciado, porque fala aí na produção de produtos químicos inorgânicos e orgânicos, e, o parecer não cita esses processos em lugar nenhum. Essa seria uma das dúvidas.” Alicielle Souza Aguiar, da Supram Leste Mineiro: “O parecer, no item 4.2, cita o que está sendo licenciado juntamente com a laminação, que é a fábrica de oxigênio. Por causa dela foi inserido esse código de produção de substâncias químicas, que faz parte do processo.” Conselheiro José Angelo Paganini: “A outra dúvida é sobre efluentes líquidos. Está sendo dito que não há geração de efluentes líquidos industriais, entretanto o processo de laminação utiliza água em bastante quantidade no processo, isso gera uma água oleosa e com carepa, vai para um sistema de recirculação e volta para o processo. Ela tem um tratamento, gera carepa etc. e tal. Mas todos os processos de recirculação que eu conheço – posso até estar desatualizado, por causa da idade – não reaproveitam 100% da água; sempre tem uma purga. Esse sistema é completamente fechado, sem purga, ou existe essa purga? E o que é feito com a água dessa purga?” Juliana Ferreira Maia, da Supram Leste Mineiro: “Onde é feita essa decantação, esse mesmo resíduo que está presente no efluente industrial. Esse efluente, esse resíduo é removido, encaminhado para uma caçamba e aí, sim, comercializado como sucata para indústria, o que está atestando aqui no parecer. O efluente é todo recirculado. Se precisar de repor alguma água, ele tem os postos que vão poder ser utilizados para essa reposição.” Conselheiro José Angelo Paganini: “Não existe nenhuma perda de água contaminada?” Juliana Ferreira Maia, da Supram Leste Mineiro: “Não.” Conselheiro Leonardo Castro Maia: “Em consulta ao Ibama, eu verifiquei que o empreendimento não possuía o certificado de regularidade do CTF. Aí, essa primeira dúvida, eu pergunto: eventualmente, isso poderia ser resolvido por uma condicionante? Eu queria saber se tem, pois eu posso estar equivocado também. E, se não tem, se nós poderíamos resolver isso por meio de uma condicionante, para que ele regularize essa situação junto ao Ibama. Eu até fiz um print do site. Constou, de fato, mas em consulta ao site eu verifiquei que não.” Juliana Ferreira Maia, da Supram Leste Mineiro: “No controle processual, cita que ‘foi demonstrado o certificado de regularidade do Cadastro Técnico Federal do

425 empreendedor e do responsável pelos estudos ambientais.” Conselheiro
 426 Leonardo Castro Maia: “Eu consultei no site e verifiquei que não tinha, não
 427 possuía. Fiz até um print da tela. Eu pergunto o seguinte: por exemplo,
 428 resolveria se colocássemos um prazo para que a questão fosse resolvida?
 429 Demandaria uma consulta na internet.” Gesiane Lima e Silva, da Supram
 430 Leste Mineiro: “Realmente, o prazo de validade são três meses. Em
 431 decorrência da análise do processo, poderia colocar uma condicionante para
 432 o empreendimento apresentar um novo cadastro. Realmente, pode ter
 433 expirado e não estar constando agora no site.” Conselheiro Leonardo Castro
 434 Maia: “Outra questão que eu notei, na verdade, é uma dúvida, justamente
 435 com relação à questão da qualidade do ar. Eu vi que no plano de
 436 monitoramento das emissões atmosféricas foi solicitado o parâmetro
 437 ‘material particulado’. Só que consultando a tabela da DN 187/2013 eu notei
 438 que lá havia menção também, além do material particulado, que fossem
 439 monitorados padrões de monóxido de carbono. Aí eu perguntaria também se
 440 seria o caso de acrescentar esse monitoramento para esses gases também.”
 441 Alicielle Souza Aguiar, da Supram Leste Mineiro: “Na análise do processo
 442 nós não vimos essa necessidade, mas, se este Conselho achar que deve,
 443 nós também concordamos.” Conselheiro Leonardo Castro Maia: “O CO é o
 444 monóxido de carbono, e o NOX seria, óxido de nitrogênio? O óxido de
 445 nitrogênio é tóxico? Esse empreendimento, essa atividade pode produzir
 446 esse gás?” Alicielle Souza Aguiar, da Supram Leste Mineiro: “Foram
 447 apresentadas análises, nós vimos que as concentrações estavam baixas e
 448 não verificamos a necessidade. Mas como medida de prevenção nós
 449 podemos solicitar que acrescente esses parâmetros.” Conselheiro Leonardo
 450 Castro Maia: “Finalmente, pegando o gancho da nossa votação, eu notei que
 451 nesse caso não houve a apresentação nem foi condicionado ao AVCB, o
 452 Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros. Eu estou consultando para saber
 453 se procede.” Representante da Supram Leste Mineiro: “O empreendedor já
 454 tem o projeto aprovado, e a gestora falou que ele possui também o AVCB.”
 455 Conselheiro Leonardo Castro Maia: “Então a proposta do Ministério Público
 456 seria de acréscimo de duas condicionantes. Uma para comprovação de
 457 regularidade do CTF. Aí eu perguntaria à equipe qual o prazo para isso.”
 458 Juliana Ferreira Maia, da Supram Leste Mineiro: “Nós estamos verificando no
 459 processo, e tem o documento de inscrição do empreendedor no CTF.”
 460 Conselheiro Leonardo Castro Maia: “Está válido? Porque a minha consulta
 461 foi feita dentro desses dez dias. No momento em que foi pautado, eu passei
 462 a consultar. Não sei dizer exatamente o dia em que eu consultei no site. Eu
 463 também perguntaria à equipe qual é a relevância, mas, como isso está no
 464 parecer, eu consultei e verifiquei que não tem, eu resolvi trazer a questão
 465 para que houvesse uma deliberação. Se isso é relevante, eu acho que é
 466 oportunidade de pedir. E eu perguntaria até que prazo, um prazo razoável
 467 para juntar o CTF. Seria 40 dias? Perfeito. Então 45 dias. Proposta:

468 'Apresentar comprovante de regularização do CTF no prazo de 45 dias'. E a
 469 segunda questão seria: 'Incluir no plano de monitoramento os parâmetros de
 470 NOX e monóxido de carbono, no prazo previsto na própria condicionante que
 471 tem material particulado'. Alterar essa condicionante." Juliana Ferreira Maia,
 472 da Supram Leste Mineiro: "Na verdade, é o gás natural que é utilizado, então
 473 não há geração desse efluente atmosférico." Conselheiro Leonardo Castro
 474 Maia: "É isso que eu perguntei, se haveria ou não. Se não há, não há
 475 necessidade." Juliana Ferreira Maia, da Supram Leste Mineiro: "Não, não
 476 há." Conselheiro Leonardo Castro Maia: "De nenhum dos dois gases?"
 477 Juliana Ferreira Maia, da Supram Leste Mineiro: "De nenhum." Conselheiro
 478 Leonardo Castro Maia: "O monóxido, sim, não é? O monóxido de carbono,
 479 sim. Eu acho que talvez não o óxido de nitrogênio." Presidente Alberto Félix
 480 lasbik: "Eu queria pedir ao empreendedor, ao consultor, para fazer um relato
 481 do empreendimento para nós, e ao mesmo tempo dos tipos de efluentes
 482 líquidos ou gasosos ou outro tipo de efluente que tenha. Fazer uma
 483 explanação aqui para todo o Colegiado, para termos uma ideia e podermos
 484 tirar as dúvidas, e ficar mais claro para o bom andamento dos trabalhos."
 485 Norton Ferreira Alves, gerente da Cipalam: "Quanto ao efluente líquido que
 486 foi citado, a água realmente é contida por uma bacia, onde é decantada,
 487 retirada a carepa e é comercializada. Não há efluente líquido industrial, não
 488 tem essa geração. Quanto à medição dos efluentes atmosféricos, o gás
 489 natural é o combustível mais limpo que tem, não gera esse monóxido de
 490 carbono, então não tem sentido, na nossa opinião, essa necessidade."
 491 Conselheiro José Angelo Paganini: "Essa água, quando volta para o
 492 processo, não passa por um processo de filtragem?" Norton Ferreira Alves,
 493 gerente da Cipalam: "Essa água fica constantemente circulando, e a função
 494 dela... Fuligem de aço, volta para dentro do poço, e lá tem três repartições,
 495 onde é tirada, e a água volta limpa; e só fica recirculando. Não há saída
 496 dessa água fora do sistema." Conselheiro José Angelo Paganini: "No sistema
 497 desse que eu conheço, depois de passar por esse tanque de decantação,
 498 essa água passa por um sistema de filtragem. Eu estou perguntando se
 499 existe esse processo de filtragem ou não, se ela vai direto, sem filtrar."
 500 Norton Ferreira Alves, gerente da Cipalam: "Eu não sei qual é a experiência
 501 que o senhor está se referindo. A Laminação Paraíso é bem mais moderna,
 502 e, se tiver a oportunidade de visitá-la, vai ver que essa água é uma das
 503 coisas muito bem cuidadas. Ela fica dentro de um tanque muito grande, fica
 504 bem lá embaixo, e tem uma segurança perfeita. Ela volta por gravidade, não
 505 tem nenhuma chance de contaminar o solo; ela sempre fica ali. E não tem
 506 geração de outros resíduos, a não ser a carepa, que gera na laminação.
 507 Toda vez em que você passa o metal na laminação, gera. Isso aí é uma
 508 coisa. No caso lá, é muito bem controlado, e não tem essa geração."
 509 Conselheiro Leonardo Castro Maia: "Esclarecido. A minha dúvida é porque
 510 na norma constavam material particulado NOX e CO; o óxido e o monóxido.

Então daí que surgiu esse questionamento. Então, senhor presidente, seria apenas a condicionante para comprovar o CTF no prazo de 45 dias; a regularidade.” Presidente Alberto Félix Iasbik: “Eu vou só aproveitar a oportunidade e passar a palavra para a Maria Helena. Nós tivemos uma reunião, na última quarta-feira, em Ubá, e esse assunto também foi discutido lá. Eu vou passar a palavra a ela só para ela explicar o que acontece quando não se consegue fazer dentro do processo.” Superintendente Maria Helena Batista Murta: “Em Ubá, na maioria das vezes, nós temos problema com a concessão do AVCB, coisa que não é praxe aqui nesta URC. Então aqui é uma questão muito tranquila, bem definida, muito clara, o que não acontece na Zona da Mata. Há empreendimentos que muitas vezes nós percebemos que têm necessidade de um AVCB, e as pessoas insistem que AVCB é só para postos de gasolina. Depois que vem um incêndio, aí vem a consciência das pessoas. Então esta URC, graças a Deus, é muito tranquila quanto à exigência do AVCB. E se Deus quiser a Zona da Mata vai ser também.” Presidente Alberto Félix Iasbik: “Então nós vamos dar continuidade. Eu vou colocar em votação o processo 8.3. Quem concorda com o deferimento deste processo permanece como está. Aprovado. E tem a condicionante proposta também. Vamos votar a proposta aqui. Quem concorda com a sugestão, para deferimento, da condicionante neste processo permanece como está. Também aprovada.” **8.4) Posto Longana Ltda. Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação. João Monlevade/MG. PA 03331/2001/004/2013. Classe 3. Apresentação: Supram Leste Mineiro.** Renilson Paula Batista, da Supram Leste Mineiro: “O destaque é apenas acrescentar um parâmetro do Anexo II, que é o programa de automonitoramento, no item 1, efluentes líquidos, no primeiro local de amostragem, entrada e saída da caixa separadora de água e óleo: adicionar aos parâmetros já existentes o parâmetro DQO.” Conselheiro Leonardo Castro Maia: “No parecer, eu vi que houve contaminação da água subterrânea constatada pelo empreendedor. Eu queria saber sobre essa situação. O que deveria ou que deve ser feito pelo empreendedor ou deliberado aqui pelo Conselho acerca dessa questão. Ele não esclareceu, pelo menos para mim não ficou claro, o motivo de ausência de remediação. Constou e ficou em aberto, que ia fazer uma remediação, e não constou que ela tenha sido realizada. Essa constatação foi realizada desde 2005 e até nas análises de 2014. Então essa aí seria a nossa dúvida com relação a esse empreendimento.” Renilson Paula Batista, da Supram Leste Mineiro: “Apesar de o empreendedor já ter notado essas contaminações em uma data já que faz tempo, o processo é uma LOC que entrou no órgão em 2013. E durante a análise nós fomos seguindo os parâmetros que a DN 108 define justamente para esses casos. Então foi feita a avaliação ambiental

preliminar, depois foi feito o monitoramento, em que foi constatado que ainda possui essas contaminações para alguns produtos químicos. A remediação é o passo próximo, após constatado isso, e foi condicionada. É a condicionante nº 4. Eu posso reler aqui? ‘Realizar o processo de remediação de água subterrânea conforme apresentado.’ Se for pegar os autos, o projeto já foi apresentado. Inclusive, nós pedimos relatórios anuais da execução. Durante toda a vigência da licença ele vai ter que fazer isso, sendo que terá que produzir, inclusive, relatórios trimestrais internos lá do posto mesmo. Ele vai nos apresentar anualmente como vai ser o andamento dessa remediação.”

Presidente Alberto Félix Iasbik: “Mais alguma dúvida, algum esclarecimento? Podemos colocar em votação? Então quem concorda com o deferimento deste processo permaneça como está. Processo deferido. E tem a alteração da condicionante. Quem concorda permanece como está. Também aprovada.”

8.5) Laticínios Mutumilk Ltda. Preparação de leite e fabricação de produtos de laticínios. Mutum/MG. PA 1593/2006/003/2013. Classe 3. Apresentação: Supram Leste Mineiro. Processo retirado de pauta com pedido de vista do conselheiro Guilherme de Assis Gonçalves.

9) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE REVALIDAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO. 9.1) Celulose Nipo-Brasileira S/A. (Cenibra). Fabricação de celulose branqueada de eucalipto. Belo Oriente/MG. PA 003/1977/042/2013. Classe 6. Apresentação: Supram Leste Mineiro.

Conselheiro Marcelo Axer Alves de Rezende: “Eu vou pedir abstenção, por ser parte interessada.”

Conselheiro Leonardo Castro Maia: “Aqui a primeira questão é que o estudo técnico, no caso o Rada, também não estava disponível no sistema. Eu pediria também que fosse determinado que essa informação seja disponibilizada. Parte das dúvidas até tem alguma relação com isso. Verifiquei que o CTF também não estava válido. Pode ser pela mesma razão, do prazo de validade. Eu fico com algumas dúvidas aqui, e a primeira delas é a questão do prazo de acréscimo na validade da licença. Estão acrescidos dois anos, só que aí eu recordaria que este Colegiado já firmou o entendimento em duas oportunidades, pelo menos de que eu me lembro de memória, e a Câmara Normativa e Recursal do COPAM também, de que, se houver autuação, ainda que não tenha sido condenado, não tem o acréscimo. Se tiver autuação e trânsito em julgado, é diminuído. Se não tiver autuação nenhuma, eu sou premiado com o acréscimo de prazo. Se tem autuação que não transitou em julgado, quer dizer, cabe recurso, eu não tenho o prêmio, embora também não receba castigo; vou permanecer normal. Eu me lembro até da ocasião em que nós deliberamos dessa forma. Foram decisões, salvo engano, unânimes, e não reduzimos, mantivemos o prazo normal. Porque nós até concluímos aqui que, do contrário, nós nunca teríamos o prazo regular da licença, ele sempre seria acrescido ou diminuído e de nada valeria o prazo normal. E tem que haver alguma possibilidade de aplicação do prazo

normal da licença, ou seja, sem castigo, sem punição e sem prêmio. Então essa é uma questão que me chamou a atenção. Outra questão: nos resultados do automonitoramento eu não vi o resultado para esse óxido de nitrogênio. Então eu perguntaria também se seria o caso, se deve fazer parte do monitoramento. E esses compostos são citados no pedido de automonitoramento, mas no resultado em si não constou a informação, na menção do parecer. E outra questão foi a questão da compensação também. Parece que tem uma discussão acerca da compensação, e eu queria saber a posição. Se não compensar, eu tenho que compensar na fase em que eu estiver, e parece que o empreendedor sustenta que ele não precisa compensar. Eu fiquei com essa informação na cabeça, e, como eu não tive acesso a mais documentos pelo Siam, eu gostaria de receber algumas informações acerca disso. Essas seriam as primeiras questões.” Nívio Dutra, da Supram Leste Mineiro: “Talvez a parte mais importante é que nós vamos definir. Houve uma mudança na legislação referente a emissão atmosférica. Eram 600 mg/m³ e agora essa deliberação do COPAM 187/2013 estabeleceu o seguinte: o mais próximo de 200. Não é 200; 200 é uma meta. Então nós vamos definir quanto, 400, 300? Nós vamos ter que discutir esse número. Há uma sugestão de 300, mas isso vai ser discutido. A Cenibra vai ter que explicar, por exemplo, se esse número é viável, se é possível, tecnicamente, chegar a esse ponto. Esse é o mais importante, e o senhor tinha esquecido de comentar. Mas então vamos voltar ao início.” Representante da Supram Leste Mineiro: “Nós seguimos aquilo que está na Deliberação 17 do COPAM, que fala que os empreendedores que estiverem em processo com auto de infração transitado em julgado, somados os pontos, de acordo com as penalidades consideradas leve, grave ou gravíssima, terão reduzido em dois anos o prazo de validade subsequente, limitando o período mínimo a quatro anos. E aqueles que não tiverem processo com trânsito em julgado no período da concessão anterior, até a formalização da licença atual, terão o acréscimo de dois anos no prazo da validade dessa licença. Então nós pelo menos seguimos o trânsito em julgado. E no caso aqui foi verificado o trânsito em julgado no processo, e foi considerada infração leve. Somam dois pontos, e dois pontos não são suficientes pela norma a diminuir nem manter o prazo de validade. Então nós entendemos que faz o uso do acréscimo de dois anos no prazo de validade da licença.” Conselheiro Leonardo Castro Maia: “Então quer dizer que mesmo se esse auto de infração tivesse trânsito em julgado ainda assim não ensejaria a redução. Eu pergunto assim: a interpretação é de que o que é importante é o trânsito em julgado ou a pontuação da infração?” Representante da Supram Leste Mineiro: “É o trânsito em julgado somado à pontuação.” Nívio Dutra, da Supram Leste Mineiro: “Até então a Cenibra tem monitorado essa parte de emissão atmosférica pela Deliberação Normativa 011/86, que exigia pouca coisa. Por exemplo, essa tabela faz um

comparativo. O que era da 011/86 hoje é da 187/2013. Em 2011 saiu uma resolução do Conama, a 486/2011, e a 187/2013, do COPAM, é quase uma reprodução da Conama 2011. Se olharmos vamos ver que a 011/86 estabelecia só material particulado para alguns equipamentos, óxido de enxofre para alguns, e não exigia óxido de nitrogênio (NOX) nem enxofre total reduzido. E agora tem. A 187 bateu pesado. Essa folga que havia na 011/86, quando voltou a 187, ela voltou com força. Nós vamos olhar que certos critérios ficaram bem mais exigentes. Por exemplo, o principal dessa reunião de hoje: caldeira, material particulado era 600 e baixou para 200. E 200 é uma meta. Nós vamos discutir aqui para a Cenibra se vai ser 300, 400, 500. Nós vamos definir um valor. Nós não vamos definir esse valor hoje, porque nós vamos ter que discutir isso e esse problema não é fácil de decidir. Nós estamos sugerindo 300, mas nós vamos negociar a três aqui: a Cenibra, a Supram e o COPAM, para definir qual valor vai aplicar. Nós temos essa autonomia para decidir isso. Nós vamos, na verdade, começar uma discussão hoje. SOX, óxido de enxofre, era 1.000 mg/Nm³ e caiu para 100. Então vocês veem que há reduções bem significativas aí. Por que não havia medição de NOX? Porque a 011/86 não exigia. Agora exige, então por isso vai ser feito a partir de agora. Não era feito porque a legislação que existia não exigia, e agora, sim, agora essa legislação é bem rígida. Então vai ter que ser feito.” Emerson de Souza Perini, da Supram Leste Mineiro: “Foi condicionada a compensação ambiental. Há alguma dúvida em relação?” Conselheiro Leonardo Castro Maia: “A minha dúvida seria para a empresa. Eu gostaria de ouvir do empreendedor a posição acerca da redução para 300, o que ele diria a propósito disso, e acerca também da questão da compensação.” Conselheiro Marcelo Axer Alves de Rezende: “Do ponto de vista da compensação, a empresa fez um levantamento, consultou um jurista a respeito do assunto, para interpretar a regra, inclusive, do decreto da compensação ambiental. E a decisão, na verdade, que foi colocada pelo jurista consultado é de que não caberia o pagamento da compensação nesse momento de revalidação. A empresa apresentou isso no Parecer Único, nas informações complementares, mas de forma alguma nós colocamos alguma posição na questão da condicionante da compensação. Nós temos o entendimento de que não é cabível, mas de alguma forma a empresa anuiu a condicionante de compensação.” Presidente Alberto Félix Iasbik: “Nós estamos tratando da compensação ambiental, não é isso? Essa compensação não é analisada ao nível da Diretoria de Áreas Protegidas do IEF, e vai para a CPB? Não é nesse sentido?” Emerson de Souza Perini, da Supram Leste Mineiro: “Sim, é nesse sentido. Nós condicionamos para ser apresentada a proposta lá. E lá é onde será definido o valor correto.” Presidente Alberto Félix Iasbik: “Então eu acho que nós devemos fazer o trâmite.” Emerson de Souza Perini, da Supram Leste Mineiro: “A condicionante é justamente nesse sentido.” Presidente Alberto Félix Iasbik:

683 “Mas eu não entendi. Vamos solucionar essa dúvida.” Conselheiro Leonardo
 684 Castro Maia: “Digamos que o detalhamento será no outro órgão, mas a
 685 condicionante vem aqui no licenciamento. Então na verdade nós
 686 determinaremos se há compensação ou não. A empresa está informando
 687 que está de acordo em fazer a compensação. Uma das minhas obrigações
 688 ao olhar esses pareceres é verificar se as compensações estão sendo
 689 exigidas. Se está sendo exigida, como eu vi que está, e se a empresa,
 690 embora tendo consultado um parecerista, concorda com a compensação,
 691 não vejo problema nenhum. Nesses termos eu estou de acordo, não há
 692 problema algum.” Sandro Morais, gerente de Meio Ambiente da Cenibra: “Na
 693 verdade, nós gostaríamos de colocar a seguinte posição: quando o Marcelo
 694 fala que anuiu, foi que nós não tivemos condições adicionais de
 695 argumentação. Então nós apresentamos um parecer caracterizando que não
 696 entendíamos que deveríamos pagar pela compensação ambiental, mas o
 697 órgão ambiental estabeleceu que teríamos que pagar. Então tivemos que
 698 concordar, para dar continuidade ao processo. Foi nesse sentido a fala do
 699 Marcelo.” Conselheiro Leonardo Castro Maia: “Essa questão é de suma
 700 importância. O decreto tem o Artigo 5º, §1º, que diz o seguinte: ‘Se a
 701 compensação para os empreendimentos considerados de significativo
 702 impacto não tiver sido definida na Licença Prévia, será estabelecida na fase
 703 de licenciamento em que se encontrar’. E aí somando a esse dispositivo eu
 704 diria que, segundo a nossa jurisprudência, não há direito adquirido nessa
 705 matéria ambiental, até porque a própria existência do licenciamento
 706 ambiental é prova disso, tanto que ele tem que ser revalidado de tempos em
 707 tempos. Diferente de uma licença, às vezes, para um loteamento; obtém e
 708 acabou, a cidade não fica pedindo revalidação de licença. Mas para essa
 709 licença aqui nós temos uma revalidação permanente, um dispositivo que
 710 focaliza essa hipótese. Se não foi exigido no momento anterior, deverá ser
 711 exigido quando possível, onde estiver a fase do licenciamento. Eu não
 712 conheço o teor do parecer, mas existem vários argumentos para ser exigida
 713 e aplicada a condicionante de ser feita a compensação. Esse para mim é o
 714 ponto mais importante nas minhas dúvidas, sobre compostos químicos etc.
 715 Mas agora eu fico bem mais tranquilo em deliberar conforme o parecer. Eu
 716 acho que encerrei as minhas dúvidas aqui, fui muito bem esclarecido pela
 717 equipe da Supram. Obrigado.” Nívio Dutra, da Supram Leste Mineiro:
 718 “Voltamos um pouquinho a essas condicionantes, porque o assunto principal
 719 dessas condicionantes nós vamos tratar agora. São as condicionantes 4, 5, 6
 720 e 7. A Deliberação COPAM 011/86 estabelecia que o limite máximo de
 721 emissão de material particulado em caldeira biomassa seria de 600 mg/Nm³.
 722 A Deliberação COPAM 187/2013 reduziu esse número de 600 para 200.
 723 Agora, como eu falei, o mais próximo possível de 200. Baixar de 600 para o
 724 valor mais próximo. Que valor é esse? Nós vamos escolher a três. A Cenibra
 725 informa o que é tecnicamente viável, nós sugerimos um número, e o COPAM

726 aprova. Então nós vamos iniciar uma discussão agora a respeito disso.
727 Então a número 4 diz assim: 'Apresentar relatório técnico de modificação
728 tecnicamente viável a ser realizada nas caldeiras de biomassa de modo a
729 reduzir o valor', que hoje é 600, para o mais próximo possível de 200. E
730 depois 'apresentar proposta para definição desse novo limite', que vai ser
731 aprovado aqui pelo COPAM. E depois a 6: 'Apresentar o cronograma de
732 execução dessas modificações necessárias' e 'até 26/12/2016 essa
733 modificação tem que estar pronta'. Então nós temos um ano e meio para
734 definir que número que nós vamos estabelecer, e a Cenibra tem até
735 dezembro de 2016 para colocar isso em execução. Agora vamos falar um
736 pouquinho o que significa reduzir de 600 para 200. São 24 anos. Temos um
737 levantamento do Rada, no período de 2009 a 2013, que mostra os valores de
738 emissão. Por exemplo, está vigendo menor que 600 para caldeira biomassa.
739 A média da Cenibra está em 400 hoje. Se baixássemos esse número para
740 400, praticamente a Cenibra atingiria isso. Nós sugerimos na Supram, e a
741 Cenibra vai dizer se é possível atingir esse valor. Quando falamos em
742 material particulado, a legislação fala em miligrama por Normal metro cúbico.
743 Isso é o que está saindo da chaminé. Só que não podemos confiar nesse
744 número, é um indicativo só, mas não representa muita coisa. O mais
745 importante do que isso é aquele número da soma, a quantidade que está
746 jogando na atmosfera. Por exemplo, a Cenibra hoje joga na atmosfera por
747 dia 6 toneladas de material particulado, 20 toneladas de dióxido de enxofre,
748 170 quilos de enxofre total reduzido. O que impacta, o que machuca, o que
749 incomoda não são os 600 mg/Nm³, mas as 6 toneladas por dia. E isso que
750 nós temos que olhar. E a legislação não fala em quilos por dia; fala em
751 miligrama. Mas o que incomoda é o quilo por dia. Então temos que ter o bom
752 senso de calibrar isso. Por exemplo, no Vale do Aço tem uma siderúrgica
753 cujo padrão de emissão é 100 mg/Nm³. Mas quando somamos quantas
754 chaminés ele tem e multiplicamos por vazão de gás que ele lança, são 20
755 toneladas por dia. Quer dizer, 100 está muito bonito, mas eles estão jogando
756 20 toneladas/dia. Agora, imagina por exemplo uma cerâmica que fabrica
757 tijolo ou telha. Se for medir na chaminé, estão jogando 1.000 mg/Nm³, dez
758 vezes mais que a siderúrgica. Mas, quando se mede a quantidade de gás
759 que estão jogando, vai dar uns 200 kg por dia. Então quem polui mais?
760 Quem está jogando uma quantidade maior. Por exemplo, a siderúrgica que
761 joga 20 toneladas de material particulado por dia, se não tiver uma chaminé
762 bem longa, bem alta para fazer uma boa dispersão disso, no dia em que der
763 uma inversão térmica, no dia em que houver, por exemplo, um dia de
764 calmaria, sem vento, essas 20 toneladas vão subir e cair na cabeça e nos
765 olhos do pessoal da cidade ali. E aí vai ficar 'todo mundo chorando sem estar
766 triste'. Aí a siderúrgica fala, 'nós estamos bonitinhos na fita aqui, 100
767 mg/Nm³, nós estamos dentro da lei'. Mas o problema não são os 100 mg,
768 mas as 20 toneladas/dia. Agora, no caso da Cenibra, a Cenibra joga hoje 6

769 toneladas por dia de pó na atmosfera. As caldeiras biomassa jogam mais ou
 770 menos 1.500 cada uma. Então a quantidade jogada de pó da biomassa é 3
 771 toneladas/dia, no limite de 600. Hoje a Cenibra está jogando, a concentração
 772 na chaminé é 400. Se estabelecermos que o limite é 200, e a Cenibra fizer
 773 toda a modificação para manter os 200, o que vai acontecer? Vai reduzir à
 774 metade do que está jogando hoje. Com isso, o limite de 600 mg... São
 775 jogadas 6 toneladas. Se reduzirmos o limite para 200, vai reduzir para 2?
 776 Não, vai reduzir para 4,5 toneladas/dia só. Então, mesmo que a gente reduza
 777 a concentração para 1/3, de 600 para 200, a quantidade lançada, que é o
 778 que importa, vai cair de 6 para 4,5. Então, quer dizer, vai se fazer uma
 779 modificação, que deve custar caro, e o resultado é muito pequeno. Quer
 780 dizer, nós temos que avaliar isso, se vale a pena, porque os quilos por dia
 781 não vão mudar muita coisa. Então nós sugerimos 300, agora a quantidade
 782 lançada vai reduzindo pouco. A Cenibra tem que dizer o seguinte: ‘Olha, vale
 783 a pena gastar alguns milhões de reais para reduzir uma tonelada por dia só?’
 784 É muito dinheiro gasto talvez para pouca coisa. Então fica lançada aqui a
 785 ideia: de 600, nós sugerimos 300. A Cenibra então vai fazer uma
 786 contraproposta quanto a isso, se é viável isso, e nós batemos o martelo aqui
 787 de qual vai ser o valor, se vai ser 400, 300 ou 200.” Conselheiro Leonardo
 788 Castro Maia: “Eu fico com uma dúvida. Segundo eu entendi, a meta é 200, e
 789 a empresa vai apresentar uma proposta, um estudo. Vai fazer um estudo
 790 técnico, e subentendido que está a proposta da Supram de 300.” Nívio Dutra,
 791 da Supram Leste Mineiro: “Sugestão. A nossa equipe sugeriu 300.”
 792 Conselheiro Leonardo Castro Maia: “Para análise da Supram, 300 é uma
 793 coisa.” Nívio Dutra, da Supram Leste Mineiro: “Para início de conversa.”
 794 Conselheiro Leonardo Castro Maia: “Eu não sei o efeito de cada tonelada
 795 dessa na saúde. Passar de 6 para 4,5, sem dúvida, é um grande avanço.
 796 Embora possa não resolver o problema, significa um grande avanço.” Nívio
 797 Dutra, da Supram Leste Mineiro: “Quem sabe possamos fazer isso também:
 798 estabelecemos 400 agora, e daqui a seis anos, na renovação, cai para 200.
 799 Está em aberto também, nós podemos fazer isso. Agora, é a Cenibra que
 800 tem que dizer: ‘Gente, para reduzir para 300, nós vamos ter que gastar R\$
 801 50 milhões’. Será que vale a pena gastar R\$ 50 milhões para reduzir apenas
 802 1 tonelada? Então nós vamos ter que colocar na balança o quanto vai custar
 803 isso e se vai ser interessante. Nós vamos usar o bom senso aqui para ver
 804 até quanto podemos chegar, sem exigir um gasto muito alto com um
 805 resultado pequeno. A Cenibra teria mais alguma sugestão sobre isso?”
 806 Sandro Moraes, gerente de Meio Ambiente da Cenibra: “Primeiramente, eu
 807 gostaria de comentar o seguinte: a alteração da lei estabeleceu que esse
 808 limite é uma meta e que, para as caldeiras, especificamente, da Cenibra, os
 809 valores devem negociados entre o órgão ambiental e a empresa. Então é por
 810 isso que ficou a sugestão, pelo órgão ambiental, desse formato de
 811 condicionante. Por que isso? Nós temos que avaliar as condições técnicas

de viabilização de qualquer alteração da estrutura dos equipamentos existentes. Fisicamente, nós não temos espaço para colocar estruturas de precipitadores eletrostáticos que garantam níveis próximos a 200. Então demanda um estudo técnico para verificação das alternativas que existem, avaliação de estudos que demandam tempo, para conseguirmos demonstrar ao órgão ambiental qual é o valor possível. E não simplesmente definir 300, 400, porque, eventualmente, até os 400, talvez seja satisfatório, porque nós estamos já próximos de atingir esse valor, mas 300, tecnicamente, não é viável. Então eu pediria ao Conselho que entendesse isso. Estabelecer 300 ou 400 ou 200 neste momento não garante que nós vamos conseguir, tecnicamente, viabilizar esse valor. Então a condicionante ali sugere: apresentar o estudo até onde nós conseguimos atingir, para aí, sim, validar esse valor. Então é nesse sentido que nós gostaríamos da ponderação do Conselho.” Conselheiro Leonardo Castro Maia: “Senhor presidente, eu gostaria de pedir vista desses autos para analisar essas questões com mais cuidado.” Nívio Dutra, da Supram Leste Mineiro: “Se o senhor quiser que a gente converse também, será um prazer.” Conselheiro Leonardo Castro Maia: Sem dúvida, e com a Cenibra também.” Wesley Maia Cardoso, da Supram Leste Mineiro: “Só para reforçar o entendimento que o Nívio está explicitando, as condicionantes 4 e 5 são justamente para que o empreendedor apresente uma proposta tecnicamente viável pelo preceito da DN 187, até que se possa estabelecer um novo valor de redução em função da capacidade da empresa em arcar também com os custos e com a tecnologia de mercado que nós esperamos que seja tecnicamente viável. Então a proposta dos 300 é para que se chegue até lá.” Presidente Alberto Félix Iasbik: “Mais algum esclarecimento, alguma dúvida?” Conselheira Denise Bernardes Couto: “Eu também vou requerer vista, vou analisar também essa questão, prontamente, como disse o doutor Leonardo.” Conselheiro Wilson Starling Júnior: “Se eu bem entendi, essa condicionante já foi colocada pela Supram exatamente para se ter uma média. Então, doutor Leonardo, eu não estou vendo razão, neste momento, de se fixar um valor. Se já tem no próprio parecer técnico da Supram uma condicionante dizendo que vão se envidar esforços no sentido de apresentar proposta para poder chegar a um entendimento. Então eu não estou vendo necessidade disso, porque nós já estamos decidindo que tem essa condicionante no processo. Então não estou vendo dúvidas de se fixar 300, 200, 400 ou 600. Não existe essa dúvida, porque primeiro vai ter que fazer estudo de viabilidade técnica, econômica, e até, como o representante do empreendedor colocou, a questão de espaço físico. Então eu acho que está contemplada a dúvida que se tem sobre isso e não vejo necessidade de atrasar o processo por um período de 30 dias, até a próxima reunião, para que se possa definir. Porque, na verdade, daqui a 30 dias, não vai ser suficiente para apresentação de todos esses estudos. Então eu vejo nesse

855 sentido. Se já está contemplada com uma condicionante dizendo que vai
856 apresentar estudos e aí por diante, o próprio órgão técnico tem liberdade, em
857 cima da legislação, de propor, porque a própria legislação já fala na
858 possibilidade de uma composição, de um acordo, na busca da viabilidade.
859 Diante disso, eu quero ponderar sobre a questão da vista, uma vez que nós
860 estaremos acompanhando, o corpo técnico da Supram estará
861 acompanhando. E nós, a única coisa que poderíamos pedir é que também
862 nos fosse comunicado em que parâmetros a Supram está em entendimento
863 com a Cenibra. Eu acho que poderia acrescentar isso, doutor Leonardo.
864 Foram quase seis meses que não tivemos reunião, então eu acho que seria
865 de bom alvitre que nós fizéssemos dessa forma. Então eu solicito a sua
866 compreensão, porque não vai alterar nada. Esse problema de o Conselho
867 definir o valor, o índice, se é 300, 400 ou 500, para nós, sem um parecer por
868 escrito da Supram, vai ficar difícil de fazer isso. Essa é a questão que eu
869 estou levantando.” Sandro Morais, gerente de Meio Ambiente da Cenibra:
870 “Confirmando o que ele está dizendo, o prazo de 30 dias, Leonardo, não vai
871 alterar as informações que nós estamos passando neste momento. O prazo
872 de apresentação do estudo técnico foi solicitado até o final do ano,
873 justamente porque demanda... As regras da empresa são colocar licitação no
874 mercado, fazer contratação, elaborar o estudo etc. Então em 30 dias eu não
875 consigo alterar nenhuma informação ou adicionar nenhuma informação além
876 do que já foi passado. Então obrigado pela compreensão.” Conselheiro
877 Leonardo Castro Maia: “Senhor presidente, senhores, eu mantenho o pedido
878 de vista. Não é que eu queira em 30 dias resolver o problema do volume de
879 gás. Eu compreendi perfeitamente isso. Na verdade, as informações que eu
880 quero pegar são as dos autos do procedimento. Eu acho que esse prazo vai
881 ser suficiente para que pelo menos tenhamos a formação de uma convicção
882 mais clara, mais tranquila, para o nosso próximo encontro.” Nívio Dutra, da
883 Supram Leste Mineiro: “Doutor Leonardo, voltando a repetir, o senhor
884 convida, e vamos fazer uma reunião, vamos sentar, porque isso é
885 interessante. Nós temos muito ainda o que conversar sobre esse assunto.
886 Nós estamos à disposição.” Conselheiro José Angelo Paganini: “Uma
887 pergunta: já que sabemos que, por carga, se controla melhor os poluentes,
888 por que a legislação insiste em estabelecer parâmetros em concentração?
889 Por que já não mudou para fazer o controle pela carga de poluente ao invés
890 de concentração de poluentes?” Nívio Dutra, da Supram Leste Mineiro:
891 “Quando se fala em emissão atmosférica, o certo é fazer duas coisas: mede
892 na chaminé o tanto de miligrama por normal metro cúbico, lembrando que é
893 muito difícil fazer isso. A chaminé tem que ser construída especificamente
894 para isso. Em uma indústria pequena, por exemplo, chega alguém e fala
895 ‘vamos fazer medição de particulado. Não tem jeito. Para medir particulado
896 em chaminé, a chaminé tem que ser construída especialmente para fazer
897 medição. Depois, de tempos em tempos, o analista vai lá e introduz a sonda

para fazer medição. Não se consegue fazer medição de material particulado em qualquer chaminé. Então onde é possível fazer, faça. E quando não pode fazer? Então o que nós fazemos? Nós medimos a qualidade do ar. É um aparelho simples, um exaustor. Pega um papel-filtro, branquinho, coloca lá, e liga o exaustor. Deixa 24 horas ligado, depois retira. Ele está cinza claro, cinza escuro ou preto. A variação é a qualidade do ar. É assim que nós medimos. A legislação fala em 600 mg/Nm³, e ao mesmo tempo mede a qualidade do ar em volta. É assim que deve ser feito.” Conselheiro José Angelo Paganini: “O que eu estou perguntando não é bem isso não, o que estou perguntando é porque nós sabemos que a melhor forma de controlar o poluente é saber a carga de poluição. Por que a legislação insiste em trabalhar com concentração e não com carga? Essa é a pergunta.” Nívio Dutra, da Supram Leste Mineiro: “Fica para os legisladores responderem, é uma falha na legislação. Se bem que o doutor Leonardo não gosta que falemos isso, temos que ter cuidado em falar em falha na legislação na frente do Ministério Público, porque eles não gostam de ouvir isso.” Conselheiro Leonardo Castro Maia: “Na verdade, eu não sou legislador, e, infelizmente, são muitas as falhas na legislação. Pelo contrário, eu não tenho nenhuma resistência à utilização desse termo, eu vivencio ela todo dia. É o que eu falo: quando você tem uma ponte, os engenheiros constroem a ponte, todos os engenheiros querem que a ponte fique em pé. No direito é diferente. A lei é a ponte, e todo mundo quer derrubar a ponte. Os profissionais do direito, os operadores, cada um deles quer derrubar, desde que derrube só na passagem dos outros, e não na do cliente dele. Ela tem que servir só para o cliente dele e não servir para mais ninguém. Então as leis, apesar de todos os seus problemas, são colocadas à prova com todo o rigor. Só sobrevivem as que realmente... Há um estudo da Fundação Getúlio Vargas acerca do Supremo Tribunal Federal: o tanto de normas que são declaradas inconstitucionais. Há um grande número de normas que são inconstitucionais, e ainda assim nós temos todas essas leis, todo esse arcabouço jurídico.” Conselheiro Wilson Starling Júnior: “Da mesma forma que os operadores do direito, vamos dizer assim, tem que se englobar também o Ministério Público, que às vezes insiste ainda em manter alguma legislação. A coisa que hoje traz mais dúvida para as pessoas realmente é exatamente a insegurança jurídica que temos vivido e vivenciado. Porque hoje pode e amanhã não pode, e por aí afora vai. Então nós temos que realmente ter uma cautela excepcional nesses casos.” Conselheiro Leonardo Castro Maia: “Mas o Ministério Público é um operador do direito, ele não se propõe a ser algo diferente disso. Estamos aí no mesmo barco.” Presidente Alberto Félix Iasbik: “Tem mais alguém que queira fazer o uso da palavra? Então concedida a vista que foi pedida pela Fiemg e pelo Ministério Público, ao processo.”

9.2) Empresa Mineira de Explosivos – Emex Ltda. Fabricação de explosivos, detonantes, munição para caça e desporto, e

fósforo de segurança; postos revendedores, postos de abastecimento, instalações de sistema retalhistas e postos flutuantes de combustíveis, transporte rodoviário de produtos perigosos, conforme Decreto Federal nº 96.044, de 18.5.1988. Teófilo Otoni/MG. PA 00975/2003/006/2012. Classe 6. Apresentação: Supram Leste Mineiro. Item retirado de pauta.

9.3) Comercial Simoura Ltda. Fabricação de produtos domissanitários, exclusive sabões e detergentes. Teófilo Otoni/MG. PA 02937/2005/003/2012. Classe 3. Apresentação: Supram Leste Mineiro. Aprovado por unanimidade o Parecer Único.

9.4) Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S/A - Usiminas. Aeroportos. Santana do Paraíso/MG. PA 10903/2006/005/2014. Classe 6. Apresentação: Supram Leste Mineiro.

Conselheiro Leonardo Castro Maia: “Senhor presidente, a minha dúvida está esclarecida aqui agora. Eu estou consultando. Agora eu apenas destacaria aqui que, também neste caso, para constar na nossa ata, mais um caso em que os estudos também não estão disponíveis no sistema. Tem o link no sistema, a notícia de que o estudo está lá, só que, ao clicar no link, no PDF, ele não abre, não se consegue executar o PDF. Então mais uma vez aqui – eu pedi nos outros casos, e o senhor ainda não se manifestou –, eu pediria que este caso também fosse considerado como uma diligência da Presidência, não para impedir a votação, mas que, independentemente da votação, até mesmo por uma questão de se cumprir uma decisão judicial, que foi proferida pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, seja determinada a correção também dessa informação, para que ela fique disponível. E aí eu pediria que na nossa próxima reunião fosse dada notícia acerca desses procedimentos. Eu vou até anotar, porque vou checar esses links todos até a nossa próxima reunião. De fato, vejam só, em poucos procedimentos aqui que foram pautados, vários apresentaram problemas de acesso, eu diria que a maioria deles. E se a maioria dos procedimentos está apresentando problemas de acesso, no sistema, não seria absurdo, seria totalmente razoável crer que a coletividade que acessa essa informação está prejudicada, porque ela não está conseguindo acessar a informação, não consegue ver o estudo.”

Presidente Alberto Félix Iasbik: “Eu vou dar a palavra à Supram Leste de Minas para justificar porque o link não está disponível. Eu sei, mas eu gostaria que eles falassem.”

Pedro, da Supram Leste Mineiro: “Esse problema, doutor Leonardo, que o senhor está encontrando nesses documentos. O que acontece? Os documentos de PCA, RCA, Rada são documentos grandes, e muitas vezes, quando são digitalizados aqui na Supram, são encaminhados a Belo Horizonte, e muitas vezes ao tentar fazer acesso vocês não conseguem, pelo tamanho do PDF que é gerado. Em outras reuniões nós já orientamos também aos conselheiros, quaisquer tipos de problemas que vocês tiverem com relação a isso, que solicitem a Supram a cópia digital desse PDF que nós encaminhamos para os senhores e solucionamos esse tipo de problema.

Porque esse problema não é aqui, é em Belo Horizonte. O documento é enviado, e, se não está abrindo, é só entrar em contato conosco que encaminhamos o PDF que vocês estejam querendo acessar.” Presidente Alberto Félix Iasbik: “Só aproveitando a oportunidade, eu assumi há um mês e pouco a Supram Zona da Mata, e esse mesmo problema estava tendo lá. Eu fiz um contato com a Universidade Federal de Viçosa e estou pedindo um apoio para tentar fazer um passo a passo com a equipe da universidade nessa área de informática, para tentar pegar um procedimento e tentar passar para os consultores, para os empreendedores. Para quando recebermos esse material digital deles ter jeito de tornar isso disponível para vocês. Porque do jeito que vem hoje não conseguimos transformar na forma disponível para vocês. Então está sendo feito esse trabalho. Não vou prometer que o trabalho vai dar certo, mas cheguei até a conversar com a Maria Helena. Estou tentando em Viçosa facilitar. O que acontece? Chega, tem que digitalizar folha por folha, e temos só uma digitalizadora por unidade. É muito difícil fazer esse trabalho. E se conseguirmos que o empreendedor traga isso de forma disponível, para os nossos equipamentos receberem esse digital e transformarem de forma disponível não só para os conselheiros, mas para toda a comunidade, isso seria o ideal. Então nós estamos tentando. Não posso prometer, é uma coisa que nós estamos pedindo favor à Universidade Federal de Viçosa. Eles estão com a maior boa vontade. O pessoal ficou, na semana passada, durante dois dias trabalhando nesse documento. Eu consegui, através dos nossos funcionários trabalhando lá, e nós vamos disponibilizar para todas as nossas Suprams esse documento, para facilitar o trabalho.” Conselheiro Leonardo Castro Maia: “Vamos imaginar: esse é um sistema estadual. Naturalmente, quando eu trago aqui a questão, eu não tenho a pretensão de que todos os problemas relatados sejam resolvidos pela Supram Leste Mineiro. Existem problemas variados, imagino eu, porque há documentos de que sequer está lá o link, que sequer foram escaneados. Eu acho que se não foram escaneados seja até problema da Supram, Mas de repente é o acesso, porque o software utilizado não é bom, não funciona. Lógico que o tamanho do arquivo não é um impedimento intransponível. Se fosse assim, nós não acessaríamos informações volumosas de vários outros sites, de vários outros locais. O fato é que a norma diz que essas informações têm que estar disponíveis. E creio eu que é papel do Conselho – especialmente neste caso é uma diligência do presidente – acionar aqueles órgãos e aquelas pessoas que são competentes para que comecem a tomar conhecimento disso. Porque se nós discutimos isso e continuarmos aqui com essa questão fechada, numa caixa, sem que essa questão chegue até quem pensou nesse sistema, ou quem é responsável pela manutenção dele, não vai ser resolvido nunca. Então a minha obrigação como conselheiro, usuário do sistema tentando consultá-lo e não conseguindo, é dar um feedback, relatar e pedir informações. Ou então

1027 vou entrar com as ações que foram já ajuizadas. E por isso, senhor
 1028 presidente, que eu peço que seja feita uma diligência, um ofício, ou seja lá
 1029 qual nome que for dado, para que dessa questão seja dado conhecimento. A
 1030 esses procedimentos todos que eu relatei não estão dando acesso, quando
 1031 deveriam conceder acesso. Não é para mim, não é para nenhum de nós
 1032 especificamente, conselheiros. 'Me manda esse processo, me manda esse
 1033 parecer.' Não é isso. Todo cidadão deve ter acesso a essa informação,
 1034 prontamente, sem embaraço, sem dificuldade, sem falha, porque senão nós
 1035 ficaremos naquela discussão do consumidor, atendimento, cartão de crédito,
 1036 telefone. 'Eu não posso fazer porque o meu sistema não atende'. Então
 1037 mude o seu sistema, aperfeiçoe o seu sistema, para que ele possa atender
 1038 nas próximas vezes. Eu recebi a informação do Pedro, entendi, compreendi
 1039 perfeitamente, e gostaria que fosse compreendido também que há
 1040 necessidade de uma manifestação falando que esses procedimentos têm
 1041 que estar acessíveis ao público." Presidente Alberto Félix Iasbik: "Pode ter
 1042 certeza também que nós vamos oficializar Belo Horizonte. Além desse nosso
 1043 esforço em nível local, nós vamos oficializar Belo Horizonte. Segundo
 1044 informação da Maria Helena, já foi oficializado, mas eu vou pedir para
 1045 resgatar esse documento e vamos atualizar um novo documento agora, não
 1046 só para o subsecretário, mas vamos atualizar também para a secretária
 1047 adjunta e o secretário de Estado também. Vamos tomar essas providências,
 1048 inclusive, para nos resguardar e resguardar também todo o Colegiado. Tem
 1049 mais alguma colocação de algum conselheiro com respeito ao licenciamento
 1050 da Usina Siderúrgica de Minas Gerais, Usiminas? Quem concorda
 1051 permaneça como está. Processo deferido, aprovado." **10) PROPOSTA DE**
 1052 **AGENDA ANUAL PARA AS REUNIÕES DA UNIDADE REGIONAL**
 1053 **COLEGIADA DO LESTE MINEIRO DO COPAM PARA O ANO DE 2015.**
 1054 **Apresentação: Supram Leste Mineiro.** Superintendente Maria Helena
 1055 Batista Murta: "Nós temos a nossa proposta, está ali o calendário, e
 1056 gostaríamos de apresentar a vocês, para que os senhores possam validar a
 1057 nossa proposta." Werner Silva Aleixo, da Supram Leste Mineiro: "Na
 1058 verdade, isso é só um modelo para acompanharmos o calendário. A
 1059 proposta da Supram que estamos trazendo agora para validar manteria o
 1060 sistema atual de terceira terça-feira de cada mês. Se os senhores quiserem
 1061 manter assim, nós vamos fazê-lo. Mas eu gostaria de informar também que
 1062 no mês de junho nós teremos uma reunião extraordinária logo no dia 10.
 1063 Essa reunião já está marcada, e provavelmente os senhores serão
 1064 convocados a partir da próxima semana. Sendo no dia 10, inviabilizaria a
 1065 reunião da terceira terça-feira do mês de junho. Então junto com a
 1066 convocação da reunião extraordinária estaríamos apresentando uma
 1067 proposta de data para a reunião ordinária do mês de junho." Presidente
 1068 Alberto Félix Iasbik: "Alguém quer fazer alguma consideração?" Conselheiro
 1069 Leonardo Castro Maia: "Eu concordo, e queria saber a razão dessa

extraordinária, o que está sendo pautado nessa pauta.” Superintendente Maria Helena Batista Murta: “É porque trata-se de dois SAAEs, estações de tratamento de esgoto, e nós achamos muito importante. Uma delas é, inclusive, da nossa cidade. E aí a complexidade da não concessão da licença, para nós, é muito importante, porque estamos vendo aí o problema da água. A reunião do dia 10 é por causa de duas ETEs, e nós gostaríamos da compreensão dos conselheiros.” Conselheiro Leonardo Castro Maia: “A minha pergunta é justamente porque são dois processos pautados para essa reunião. Como vamos ter uma reunião na terceira terça, no final do mês, nós já teríamos a próxima com menos de 30 dias, independentemente dessa extraordinária. Eu estou apenas ponderando essa questão. De repente, haveria necessidade de ter a extraordinária sabendo que no dia 16, menos de uma semana adiante, nós teremos a pauta? Teria sentido mobilizar toda a estrutura com tão pouco tempo de diferença?” Superintendente Maria Helena Batista Murta: “Na verdade, uma das ETEs, a ETE de Itabira, fez um financiamento, e eles têm prazo para esse financiamento. E como é um problema com que nós estamos convivendo, e acha de suma importância, então nós estamos fazendo essa força-tarefa, e gostaríamos do apoio dos conselheiros.” Conselheiro Raimundo Rodrigues Pereira: “Tem uma dúvida que eu gostaria de tirar, porque me parece que nos dias 12 e 13 ou 11 e 12 me comunicaram que haverá um evento em Belo Horizonte. Pelo que entendi, me parece treinamento. Então eu gostaria de saber se realmente haverá e se isso não vai interferir.” Presidente Alberto Félix Iasbik: “Vamos confirmar o que está sendo proposto aqui pela superintendente da Supram Leste? Está combinada a reunião no dia 10? E com a pauta do ano também, na terceira terça-feira do mês, estamos todos de acordo? Vai propor uma data para a de junho, não vai ser uma próxima da outra. Em julho volta à terceira terça-feira.” **11) ENCERRAMENTO.** Presidente Alberto Félix Iasbik: “Tem mais algum conselheiro, alguma fala? Não? Então eu gostaria de agradecer a presença de todos, a colaboração aqui. Foi a minha primeira participação presidindo uma reunião desta. Muito obrigado. Estão encerrados os nossos trabalhos.”

APROVAÇÃO DA TRANSCRIÇÃO

Presidente Alberto Félix Iasbik